

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º, do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os atos praticados, no âmbito das matérias ora delegadas, até à sua publicação no *Diário da República*.

12 de janeiro de 2016. — O Comandante do Comando Territorial de Lisboa, *António Francisco Carvalho da Paixão*, Coronel.

209810707

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA, PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS, AMBIENTE E MAR

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

**Deliberação n.º 1303/2016**

### Delegação de competências nas Direções Regionais de Mobilidade e Transportes do IMT, I. P.

Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, na última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, da Portaria n.º 209/2015, de 16 de julho, que aprovou os Estatutos do IMT, I. P., e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e ainda dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, delibera:

1 — Delegar nos Diretores de Serviços, em funções nas Direções Regionais de Mobilidade e Transportes, as seguintes competências, a exercer no âmbito da respetiva circunscrição territorial:

1.1 — Em matéria de veículos e equipamentos:

- a) Assegurar a inspeção e a matrícula dos veículos;
- b) Assegurar a emissão de certificados de matrícula ou outros títulos e autorizações relativos aos veículos e cuja emissão esteja legalmente cometida ao IMT, I. P.;
- c) Conceder as autorizações previstas no Regulamento de Autorizações Especiais de trânsito, aprovado pela Portaria n.º 472/2007, de 22 de junho, alterada pela Portaria n.º 787/2009, de 28 de julho, com exceção das previstas no artigo 23.º;
- d) Conceder homologações individuais a veículos com vista à sua matrícula, nos termos do n.º 3 do artigo 114.º do Código da Estrada;
- e) Aprovar alterações de características de veículos, nos termos do n.º 2 do artigo 115.º do Código da Estrada;
- f) Determinar a realização das inspeções previstas no n.º 2 do artigo 116.º do Código da Estrada;
- g) Realizar peritagens e emitir pareceres técnicos;
- h) Licenciar veículos (ambulâncias) para o transporte de doentes;
- i) Conceder autorizações especiais de circulação de comboios turísticos.

1.2 — Em matéria de inspetores de veículos: licenciar o exercício profissional de inspetores de veículos, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 258/2003, de 21 de outubro.

1.3 — Em matéria de cartões tacográficos e de estacionamento:

- a) Assegurar o processo de emissão de cartões tacográficos;
- b) Emitir o cartão de estacionamento para pessoas condicionadas na sua mobilidade.

1.4 — Em matéria de condutores e escolas de condução:

- a) Realizar ou promover a realização de exames de condução a candidatos a condutores;
- b) Autorizar cursos de instrutor, diretor de escola de condução e examinador de condução;
- c) Assegurar a emissão, troca, revalidação e apreensão de cartas de condução ou outros títulos e autorizações a elas relativas, cuja emissão esteja legalmente cometida ao IMT;
- d) Licenciar o exercício das atividades de instrutor e de diretor de escola de condução;
- e) Proceder à revalidação e substituição das licenças de subdiretor de escola de condução;
- f) Licenciar o exercício da atividade de examinador de condução;
- g) Autorizar a mudança e alteração de instalações de escolas de condução a que se refere o n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 86/98, de 3 de abril;
- h) Autorizar a transmissão de escolas de condução a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 86/98, de 3 de abril;
- i) Licenciar veículos de instrução de escolas de condução.

1.5 — Em matéria de transporte rodoviário de passageiros:

- a) Licenciar o exercício da atividade de transporte em táxi;
- b) Emitir cópias certificadas dos alvarás de transporte em táxi, com averbamento do veículo;
- c) Emitir títulos profissionais de motorista de táxi (CMT);
- d) Emitir licenças de veículos ligeiros de aluguer turísticos;
- e) Emitir certificados de capacidade profissional a gestores das empresas de transporte rodoviário de passageiros;
- f) Emitir certificados de motorista de transporte coletivo de crianças;
- g) Emitir licenças de veículos para o transporte coletivo de crianças;
- h) Emitir licenças de veículos pesados de transporte de passageiros e cópias certificadas de licenças comunitárias;
- i) No âmbito do processo de concessão de carreiras:
  - i) Emitir alvarás e averbar alterações;
  - ii) Aprovar horários e validar tarifas;
  - iii) Autorizar a dispensa de cobrador e a automatização de cobrança;
  - iv) Autorizar a utilização de veículos de tipo urbano em carreiras interurbanas;
- j) Emitir certificados para o transporte particular de passageiros em veículos pesados;
- k) Emitir cadernetas de folhas de itinerário para a realização de serviços ocasionais nacionais e internacionais;
- l) Emitir certificados de Aptidão para Motoristas (CAM) de veículos pesados de passageiros.

1.6 — Em matéria de transporte rodoviário de mercadorias:

- a) Licenciar o exercício da atividade de transporte de mercadorias;
- b) Emitir certificados de capacidade profissional a gestores das empresas de transporte rodoviário de mercadorias;
- c) Licenciar o exercício da atividade de prestação de serviços por meio de veículos de pronto-socorro;
- d) Emitir licenças de veículos e cópias certificadas de licenças comunitárias;
- e) Emitir licenças e certificados de veículos para a prestação de serviços de pronto-socorro;
- f) Emitir autorizações para a realização de transportes internacionais, exceto quanto às autorizações multilaterais CEMT e de cabotagem;
- g) Emitir autorizações para a realização de transportes de caráter excepcional;
- h) Emitir certificados de motorista de países terceiros;
- i) Emitir certificados de capacidade técnica para o exercício da atividade de pronto-socorro;
- j) Emitir certificados de aptidão para motoristas (CAM) de veículos pesados de mercadorias.

1.7 — Em matéria de transporte de mercadorias perigosas:

- a) Aprovar veículos para transporte de certas mercadorias perigosas e emitir o respetivo certificado;
- b) Emitir certificados ADR a conselheiros de segurança e a condutores de veículos de mercadorias perigosas.

1.8 — No âmbito da Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, na redação dada pelo artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro:

- a) Ajurar e credenciar os agentes de fiscalização das empresas concessionárias de transportes coletivos de passageiros que operem na respetiva circunscrição territorial;
- b) Ajurar e credenciar os agentes de fiscalização e todos aqueles que desempenhem funções de fiscalização das normas referentes aos títulos de trânsito em infraestruturas rodoviárias em nome e no interesse das empresas concessionárias das mesmas.

1.9 — Em matéria de cancelamento de títulos — cancelar títulos emitidos, quando requerido pelos seus titulares.

2 — Delibera ainda delegar naqueles dirigentes:

2.1 — A assinatura de contratos de emprego inserção, regulados pela Portaria n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro, que altera e republica a Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, Portaria n.º 164/2011, de 18 de abril e Portaria n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro;

2.2 — A autenticação e encerramento de livros de reclamações, bem como a assinatura da correspondência ou do expediente necessário à instrução dos procedimentos administrativos, salvo nos seguintes casos:

- a) Quando dirigidos a órgãos de soberania, gabinetes de membros do Governo, dirigentes de nível superior dos serviços e organismos da Administração Pública ou equiparados;

b) Quando envolva a assunção de compromissos ou encargos financeiros que não estejam delegados ou subdelegados.

3 — As competências a que se referem os números anteriores são delegadas:

a) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte, licenciado Fernando Lucas Martins de Oliveira;

b) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, licenciado Manuel António Miranda Góis;

c) Na diretora da Direção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo, licenciada Susana Margarida Romão Ferreira Soares Paulino;

d) No diretor da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Alentejo, licenciado Joaquim Manuel Sezões Rodrigues;

e) Na diretora da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Algarve, licenciada Maria Luisa Carneiro Miguel.

4 — Ficam autorizadas as subdelegações destas competências em todos os níveis de pessoal dirigente, nos termos legais.

5 — A presente delegação produz efeitos desde 1 de maio de 2016, considerando-se ratificados todos os atos praticados desde essa data até à publicação da presente deliberação.

25 de maio de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

209813689

#### Deliberação n.º 1304/2016

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Diretor de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospetiva do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. se encontra vago por cessação de funções, a seu pedido, da anterior titular — Arquiteta Maria Isabel Albuquerque Carvalho Seabra — e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica de nível I.

O conselho diretivo do IMT, I. P., em reunião ordinária, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pela alínea f) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, procede à designação, em regime de substituição, para exercer o cargo de direção intermédia de 1.º grau como Diretora de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospetiva do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., a técnica superior, Isabel Maria Pais Abreu Filipe da Silveira Botelho, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016.

A designada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

27 de julho de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elisio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

#### Nota Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Isabel Maria Pais de Abreu Filipe da Silveira Botelho  
Data de nascimento: 26 de abril de 1963.

II — Formação académica:

Mestrado em Engenharia Civil — Área de Especialização em Edificações — 2010

Licenciatura em Engenharia Civil — 1993

Bacharelato em Engenharia Civil — 1986

III — Experiência Profissional

Técnica Superior na Direção de Serviços de Gestão de Contratos e Concessões do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., desde agosto de 2015 até ao presente;

Diretora de Planeamento (do setor rodoviário do ex-InIR) do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., de outubro de 2014 a agosto de 2015;

Técnica Superior na Direção de Planeamento (do setor rodoviário do ex-InIR) do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., de junho de 2010 a outubro de 2014;

Assessora na Direção de Processamento e Atendimento do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., de novembro de 2007 a junho de 2010;

Técnica Superior de 1.ª Classe, Principal e Assessora na Direção Geral dos Transportes Terrestres, de dezembro de 2002 a junho de 2010;

Coordenadora de estudos e projetos rodoviários no Instituto para a Construção Rodoviária, de outubro de 2000 a dezembro de 2002;

Técnica Superior de 1.ª Classe na Divisão de Infraestruturas de Transporte da Delegação de Transportes de Lisboa da Direção Geral de Transportes Terrestres, de junho de 1999 a outubro de 2000;

Engenheira Civil Estagiária, de 2.ª Classe e de 1.ª Classe nos Serviços Regionais de Estradas de Lisboa da Junta Autónoma de Estradas, de novembro de 1993 a junho de 1999;

Engenheira Civil na Divisão de Estudos e Projetos do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Loures, de maio a novembro de 1993;

Engenheira Técnica Civil na Divisão de Conservação de Edifícios e Obras Diversas do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lisboa, de junho de 1987 a abril de 1993;

Professora do Ensino Preparatório, de janeiro a junho de 1987;

Participação em júris de mestrado e orientação de trabalhos finais de mestrado.

IV — Formação complementar mais relevante

Gestão da Crise e Mudança Organizacional (INA);

BSC — Balanced Scorecard (INA);

Introdução ao ArcGIS Network Analyst, na ótica do planeamento rodoviário (ISEL);

Programação em Excel (INA);

O Novo Código da Contratação Pública (INA)

Especialização em Auditorias a Processos e Sistemas de Informação (INA);

Gestão de Projetos (SG Min. Finanças e Administração Pública)

Área Adjacente à Faixa de Rodagem e Sinistralidade (LNEC);

Formação Complementar em Estradas — Pavimentação, Equipamento de Segurança e Ambiente (ISEL);

Inglês para Relações Internacionais (INA);

Conception et Construction des Chaussées — École Nationale des Ponts et Chaussées — Paris

Software Autocad (JAE);

Software SMIGS (SILVAC).

209813056

#### Deliberação n.º 1305/2016

Considerando o Decreto-Lei n.º 236/2012 de 31 de outubro, que aprovou a orgânica do Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P., alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 77/2014 de 14 de maio, fixa no n.º 1 do seu artigo 3.º, que: «O IMT, I. P., tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento no setor dos transportes terrestres [...]»;

Considerando que, com a implementação das regras do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, se visou diminuir a burocracia, agilizar procedimentos e facilitar o acesso ao exercício de atividades, tornando o mercado de serviços mais competitivo, contribuindo para o crescimento económico e para a criação de emprego;

Considerando que nesse contexto foi publicado o Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, cujas regras visam simplificar o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, designada por *rent-a-car*, quando exercida por prestadores estabelecidos em território nacional;

Considerando que, no exercício da atividade de *rent-a-car* só podem ser utilizados veículos que obedeçam, cumulativamente, aos requisitos elencados no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto;

Considerando que o n.º 2 do artigo 6.º do referido decreto-lei determina que o limite de utilização dos veículos na atividade de *rent-a-car* pode ser excepcionalmente prorrogado por períodos de um ano, até ao máximo de dois anos, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do IMT, I. P.;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, que aprovou a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 77/2014, de 14 de maio e a Portaria n.º 209/2015, de 16 de julho, que aprovou os Estatutos do IMT, IP, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei